

*Arthur Vargas Facini*

Graduando em Relações Internacionais, UERJ

Iniciação Científica no LABMUNDO e no OIMC

Desde a década de 1980, estabeleceu-se um consenso científico em torno da existência das mudanças climáticas e de sua atribuição antrópica, o que se refletiu, por exemplo, na criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em 1988, e do lançamento de seu Primeiro Relatório, em 1990. No entanto, ao mesmo tempo, formou-se, sobretudo nos Estados Unidos (EUA), um movimento organizado e bem financiado, composto pela indústria de combustíveis fósseis e de automóveis, de *think tanks* conservadores e de cientistas, para obstruir o avanço da agenda climática nacional e internacional.

Esse fenômeno, muito bem estudado em países do Norte, principalmente no mundo anglo-saxão, permanece, entretanto, pouco pesquisado em países do Sul Geopolítico, incluindo o Brasil. E, tendo em vista a tendência de crescimento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) nesses países, decorrente de seu processo de desenvolvimento, e sua maior vulnerabilidade aos impactos do aquecimento global, torna-se importante o entendimento dos atores e organizações que atrasam ou impedem o estabelecimento de políticas de mitigação.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende realizar um mapeamento de redes, organizações e lideranças que negam ou obstaculizam a agenda pró-clima no Brasil. Além disso, busca entender como esses agentes se organizam, se estabelecem conexões internacionais, quais argumentos e narrativas mobilizam e quais estratégias acionam. Para isso, serão utilizadas entrevistas semi-estruturadas que buscam entender as impressões de organizações filantrópicas, cientistas e diplomatas que ocuparam posições centrais na definição da agenda ambiental brasileira sobre o negacionismo climático no país. Também será feita uma revisão bibliográfica das publicações nacionais e internacionais sobre o tema, com o levantamento de livros, artigos acadêmicos, capítulos de livro e ensaios, além de notícias jornalísticas.

No momento, os resultados preliminares indicam que, ao contrário do que ocorre na Europa e nos EUA, onde o setor energético ligado aos combustíveis fósseis é o mais engajado no ‘embarreamento’ a políticas pró-clima, no caso brasileiro é o agronegócio que cumpre esse papel. Essa obstrução é levada adiante tanto por meio da bancada ruralista presente no Congresso quanto pelo financiamento a institutos conservadores, pela publicação de matérias negacionistas em jornais do setor, pela contratação de palestras de cientistas que negam o consenso científico estabelecido, dentre outras estratégias.

Dessa forma, deseja-se confirmar a hipótese de que o negacionismo e a obstrução climática no Brasil se intensificaram desde o início da presidência de Jair Bolsonaro (2019), integrando um conjunto de políticas antidemocráticas desse governo, bem como se relacionando com o movimento de ascensão da extrema-direita ao redor do mundo.